

Construções em Psicanálise. Um Olhar desde o Freud de 1937 até às Co-construções do Presente que Partilhamos com as Pessoas que Acompanhamos¹

Alejandro Ávila Espada²

Falamos, lemos e pensamos, hoje, quase um século depois da escrita de Freud, que nos convoca nesta ocasião. Acho que li esta obra pela primeira vez por volta de 1974, quando estava a começar a ler a obra de Freud, mas fiquei impressionado com as principais ideias do texto, pois, passado meio século, continuo interessado. É um texto onde Freud se move livremente e vou tentar seguir esses passos, tentando desvendar de onde fala Freud, um Freud já muito velho e doente, consciente de que não tem muito mais para viver, influenciado pelo pessimismo de uma época, como havia reflectido em uma obra daquele mesmo ano, *Análise Terminável e Interminável* (1937a), muito consonante com o momento histórico em que vivemos hoje. Um Freud muito diferente do jovem ambicioso que aspirava ter sucesso e ser reconhecido pelas suas descobertas. Um Freud que passou pela clínica, capaz de compreender as diferentes necessidades e possibilidades dos seus pacientes, como ele mesmo viveu com o “Homem dos lobos”.

Primeiro vou deter-me para recuperar uma reflexão acerca do debate sobre o *possível* “Freud relacional”. A menos que aceitemos que Freud abriu ou atravessou quase todas as portas da subjectividade humana e que isso dá licença para colocá-lo como pedra angular de qualquer proposta, devemos reconhecer os limites que o seu entendimento alcançou e ir além. Vejamos mais detalhadamente.

¹ Texto preparado para a conferência proferida no Instituto de Psicoterapia Relacional, Madrid, no dia 6 de maio de 2022, no âmbito do ciclo “Freud da pós-modernidade”. Revisto em 2023 para tradução e publicação em português na Revista *PsiRelacional*, com a colaboração de Filipe Baptista-Bastos, a quem agradeço pela revisão da versão em português deste trabalho.

² Psicólogo Clínico. Professor (aposentado em 2020) de Psicoterapia, Universidade Complutense e Universidade de Salamanca. Presidente honorário do Instituto de Psicoterapia Relacional (Madrid). Membro Honorário da PsiRelacional (Portugal). Fundador e primeiro Presidente da FEAP e do Capítulo espanhol da IARPP. Editor da revista electrónica Clínica e Investigación Relacional. Entre as suas obras: *A tradição interpessoal. Perspectiva social e cultural da psicanálise* (Ágora Relacional, 2013); *Horizontes Relacionais. As vozes mediterrâneas trazem paixão e razão à Psicanálise Relacional*. (IPBooks, 2018) e *Relacionalidade, a nossa esperança* (escritos seleccionados) (Ágora Relacional, 2023). Contacto: avilaespada@psicoterapiarelacional.com

I. Freud Relacional?³

Já tratei esta questão num trabalho anterior (2013). A principal resposta a esta busca ou reivindicação do interpessoal/relacional em Freud é aceitar que o seu paradigma natural-científico o impedia de ver outra fonte principal do psiquismo que não fosse a tensão pulsional que busca a descarga e a obtenção de satisfação. De facto, os argumentos a favor de separar, claramente, as propostas de Freud da posterior perspectiva interpessoal, incluem aceitar a primazia da sua Metapsicologia, que explicava os processos psíquicos baseados em dinâmicas pulsionais, em oposição ao reconhecimento da determinação das causas ambientais. Esta postura “pulsional”, consequentemente, provocará o abandono da teoria traumática como principal causa de psicopatologia. Mas isso não impediu que, boa parte dos desenvolvimentos da psicanálise, depois de Freud, tivessem girado em torno da dialéctica a favor ou contra essas premissas. E embora Freud tenha dedicado algumas obras muito significativas ao comportamento grupal (*Psicologia das Massas e Análise do Eu*, 1921), à cultura (*O Mal-estar na Civilização*, 1930) e à antropologia (*Totem e Tabu*, 1913), entre outros temas, o seu modelo causal metapsicológico (ou teoria pulsional) subjaz e prevalece em todas elas, contra a determinação por causas sociais e interpessoais. O ponto de vista “pulsional” de Freud abriu caminho para a compreensão da dinâmica e da função do psiquismo, mas, embora pudesse compreender que a subjectividade não derivava da compreensão racional ou da fisiologia cerebral, e isso significava uma viragem copernicana na compreensão do Ser Humano, ele não reconhecia a natureza intersubjectiva dos processos que configuram o psiquismo, e, portanto, o humano.

Os dogmatismos que caracterizaram a história da psicanálise, quando esquece seu carácter de ciência problemática da subjectividade e se torna “Movimento” ou “Escola”, paradoxalmente, favoreceram um *justificacionismo* freudiano para todas as hipóteses, fossem elas coerentes ou não com as suas posições fundamentais. É o caso que encontramos em algumas revisões relevantes, como as de Lothane (1997, 2003), que propôs uma releitura da contribuição de Freud a partir da perspectiva das

³ Esta parte (I) é um texto extraído e, parcialmente, modificado de: Ávila Espada, A. (2013). As origens da perspectiva interpessoal e sociocultural: 1. Sigmund Freud, a origem da psicanálise. In *Ibid* (comp.) *A tradição interpessoal. Perspetiva social e cultural em Psicanálise*. (pág. 57-65) Madrid: Ágora Relacional, Col. Pensamiento Relacional, Serie Fundamental nº 8.

relações interpessoais, incluindo a aceitação da influência da cultura na estrutura da psique, argumentando que Freud era “um interpessoal sem conhecê-lo”. Para além das pretensões nominais do seu método, é verdade que Freud não traça um cenário de descoberta onde o sujeito se observa isolado – seus processos e conteúdos mentais –, mas um cenário, necessariamente, intersubjectivo onde a presença significativa do outro é precisa, uma vez que o fim – e essência – do método analítico é a comunicação inconsciente, que pode ocorrer entre os dois. *Mas Freud abstrai-se da ligação emocional* (da ressonância neural) e coloca-nos num cenário impossível, onde temos que fingir ser neutros em relação ao tsunami da relacionalidade essencial do ser humano.

Bollas (2001) também participou desse justificacionismo freudiano, embora com argumentos. Lembra-nos que Freud (1923/1955) propôs um quadro em que o analisado desdobra a sua livre associação como um observador honesto, atento e desapassionado que não exclui nada por mais irrelevante ou problemático que possa parecer, diante de um analista que está presente com a sua atenção, deliberadamente, suspensa, em estado de plena consciência, semelhante à meditação, cedendo a proeminência da escuta dirigida das comunicações formais do outro à sua escuta interna. Actividade mental, nem racional, nem dirigida, abrindo assim a possibilidade de comunicação, por ressonância, entre os respectivos conteúdos e processos que escapam à consciência tanto do analista como do analisado. As perguntas usuais que podemos fazer a nós mesmos a partir de uma leitura relacional do encontro analítico “Que impacto causa o analisado no analista?” ou “Como o analista determina o estado mental do analisado?” têm para Bollas (2001) uma resposta, se forem pensadas a partir do referencial freudiano. Bollas enfatiza que o analista, que adere à posição freudiana, fornece um quadro mental de autoexploração que, poderosamente, facilita a expressão e sustenta as associações livres do analisado, permite-lhe desdobrar as suas relações objetais inconscientes e, também, a expressão das suas tendências de personalidade. O analisado é expresso, assim, como a criança que pode estabelecer o seu jogo, porque está na presença de outro, que fornece o apoio necessário. E o analista, graças à sua posição, exerce uma influência decisiva para que a pessoa possa usá-lo como objecto na presença do seu outro (subjectivo), e ao “sobreviver” a essa plena liberdade de expressão, permite-lhe diferenciar entre o seu uso subjectivo (o analista usado como objecto interno do paciente) e o uso objectivo, verificável no real (protegido pelos

limites do quadro) e diferente. Mas *essa leitura dos processos envolvidos no encontro analítico é actual, não está em Freud*, e desenvolvê-la exigiu gerações de analistas que mudaram o paradigma da compreensão da psicanálise do modelo pulsional para o da intersubjectividade.

A reinterpretação de Bollas da intersubjectividade freudiana como comunicação inconsciente e determinante, revê os processos que ocorrem no sonho, que activa e dirige a defesa, que constitui a narrativa, que aprisiona o outro na sua própria associação. O trabalho do sonho, tal como a associação livre, é intersubjectivo na sua origem e fim e cumpre uma função de elaboração, mas os trabalhos de Khan (1962, 1972, 1983) e Fosshage (1989, 2007), entre outros, têm sido necessários para a sua plena compreensão contemporânea.

Analistas e analisados colaboram, conscientemente, para se deixar levar pelo fluxo não direccionado da comunicação inconsciente. Mas o analista, com a sua actividade mental ressonante, organizadora e de ressignificação dos conteúdos e afectos depositados pelo analisado, dá suporte à produção de subjectividade do analisado e dele próprio, facilitando a integração do pensamento (no sentido de Bion [1962], de passagem da função *beta* para a função *alfa*). O analista não contribui com o pensamento (por exemplo, conteúdo através da interpretação ou construção), mas participa de uma experiência transformadora, enquanto o seu inconsciente trabalha, sustenta o trabalho inconsciente daquele que deposita seus estados mentais.

A comunicação estabelecida entre os dois ocorre em todos os níveis (verbal, não verbal) e escapa – se conseguir ser mantida – a qualquer tentativa de controle ou compreensão. Pouco importa que a intersubjectividade essencial que ocorre em tal comunicação não seja teorizada, o essencial é que ela esteja presente e seja decisiva – se tal comunicação existe e age – mas devemos reconhecer que o paradigma explicativo de Freud não estava nesse registo e que forçar essa leitura seria uma “interpretação livre” de Freud. Como sugerido por Mitchell (1990).

Bollas (2001) enfatiza que, na sua resposta inconsciente ao analisado, o analista autodescobre-se e revela-se, não em facetas biográficas ou comportamentais, mas sim através da linguagem, da criatividade inconsciente, transformando o que se costuma chamar de “técnica analítica” no trabalho que o inconsciente do analista realiza na situação analítica. O espaço e a tarefa analítica são o seu objecto, trabalha com as

leis desse espaço, sob a ilusória metáfora da neutralidade, que o ajuda a minimizar o seu “efeito interpessoal” (a presença social e verbal do analista) para potenciar a sua função receptiva. Isso seria, para Bollas, o compromisso intersubjectivo freudiano, que não negaria as determinações interpessoais e intersubjectivas, mas optaria por deixá-las de lado, na medida do possível, para aumentar o registo da comunicação inconsciente. Essa intersubjectividade, que Bollas considera freudiana, opera no campo microanalítico, através de autorevelações instantâneas, que são percebidas mais na forma de ser e estar do analista do que nos conteúdos, permanecendo o analista em segundo plano e dando ao analisado a primazia da fala, retirando-se (o analista) como personalidade, mas, mantendo-se, profundamente, presente ao ceder o seu próprio inconsciente. Esta presença do analista, é complementada pela concepção do “uso do objecto” (Winnicott, 1969), que inclui a dimensão relacional, onde a relação de objecto e a influência recíproca, mútua, é decisiva. Quando Sullivan propõe a metodologia do *observador participante*⁴, ele acrescenta à complexidade e transcendência da comunicação inconsciente, todas as facetas e aspectos da experiência que configuram uma comunicação total entre pessoas contextualizadas social e culturalmente. O facto de Freud não ter incluído a experiência da participação no seu método analítico, nem reconhecer, explicitamente, o valor dessa experiência, deve-se, talvez, à distância e posição que escolhe para a sua contribuição pessoal para a clínica, a do descobridor que nos mostra o acesso ao desconhecido, mas que não está incluído na expedição exploratória. Ele mostra o caminho, mas não participa, plenamente, dele, dá-lhe algum apoio, mas não o reconhece nos seus desenvolvimentos teóricos. Esse caminho percorrerá, por ele, Sándor Ferenczi, que se incluiu na experiência e sentiu-se participante mútuo e determinante da mudança que pode ocorrer no paciente e no analista. Portanto, o nosso reconhecimento é para Ferenczi – e não para Freud – como a principal origem da perspectiva então chamada de interpessoal, que, no entanto, sem Freud teria ficado meio órfã. Felizmente, a psicanálise tem crescido na dialéctica entre os reducionismos da ortodoxia e as explorações aventureiras da heterodoxia.

⁴ Descrito especialmente na sua obra “A entrevista psiquiátrica”

II. Construções

Mas hoje o nosso foco está em uma obra notável de Freud: “Construções em Psicanálise” (1937). Os principais temas e argumentos que Freud inclui neste trabalho são os seguintes:

1) De quem é o conhecimento e é possível saber o que se descobre no trabalho analítico e que valor tem esse conhecimento/descobrimento?, É do paciente ou do analista?;

2) A finalidade desse conhecimento/saber, para o analista, é que o paciente avance para a maturidade psíquica, superando os recalcamientos que bloqueiam ou distorcem esse conhecimento;

3) A relação paciente-analista (transferencial) “favorece” o retorno (ao presente da relação) dos vínculos afectivos precoces do paciente (“esquecido”/recalcado). O analisado “re-vive”, re-experencia” e o analista “tem de construí-lo”, ou seja, oferece uma hipótese que articula/constrói (no presente) a experiência do passado, não trabalha com elementos destruídos ou inertes, como faria o arqueólogo, que procura conhecer/descobrir os restos do passado, mas com elementos “vivos”, talvez fragmentários, incompletos, mas que são ecos das experiências do passado, que revivem no presente da relação paciente-analista. Estamos diante de uma experiência relacional presente, reflexo, reedição - talvez alterada - de experiências anteriores. Não exumamos restos inertes para ser observados e dotados de significado histórico-contextual, mas participamos de uma re-edição da experiência, onde as experiências presentes, subjectivas e partilhadas, são o que nos dá lugar como sujeitos em relação, participantes, observadores, narradores. É a partir daí que devemos seguir, tanto o paciente quanto o analista, com o que eles podem entender, no que pode ser reconhecido, o que emerge como um sentido actual que integra a história do sujeito.

Freud, então, aponta que o analista está a contribuir com elementos de conhecimento para que o paciente integre as suas próprias “construções”. Ou seja, facilita uma estrutura e questiona significados. Quem reconstrói é o paciente, acompanhado pelo analista, que fornece elementos (conteúdos, acções, emoções) para construir, elementos que o próprio paciente mostrou nas comunicações verbais e não verbais, nas emoções que ocorrem na relação e, nas quais, o analista participa. Neste ponto, Freud substitui o interesse/valor da interpretação pela maior qualidade

e riqueza da construção, que em sua essência não é algo acabado, mas construído. O analista ensaia – com o paciente – construções que, se se abrirem a outros significados e se agitarem e mobilizarem para uma maior exploração, permitem continuar e, se não, tomá-las-à como, provavelmente, erróneas ou não pertinentes.

A realização da análise não se constata na “brilhante” capacidade do analista para construir, mas na capacidade que o paciente emprega para construir, reconstruir. A palavra sobre si mesmo é do paciente. Mas é uma palavra “incorporada” na sua experiência, cheia de emoção, transformadora porque lhe devolve o sentido de si, que pode partilhar com o outro, neste caso com o analista, mediador perante a multiplicidade de figuras relacionais do mundo actual do paciente, que lhe permite reposicionar-se como sujeito da sua história, de onde vem, por onde passou, onde está, sendo um agente para continuar a sua jornada.

A pessoa que o paciente é, vem e está, em algum ponto, da sua reconstrução como sujeito, ele é o agente (muitas vezes inconsciente) que recompõe a própria história, narra-a e, ao mesmo tempo, a (re)constrói. Reconstruir-nos na nossa história como sujeitos será sempre uma tarefa sem fim e, como o arqueólogo que inspira Freud no texto que comentamos, teremos de preencher as lacunas do que foi encontrado ou do que – por enquanto – é incongruente com a hipótese do bom narrador, sempre no espírito do “*si non è vero, è ben trovato*”. Freud sublinha que na sua experiência a construção recupera a memória, ou a periferia da memória, como se toda ou parte da experiência passada fosse revivida no presente.

Com a perspectiva de mais de um século de contribuições psicanalíticas, hoje poderíamos dizer que a construção recupera e integra experiências passadas para a experiência presente, mas, também, que integra *significados conhecidos, mas não pensados*, que não conseguiram chegar a uma formulação consciente para o sujeito e partilhada com o outro, no caso, o(a) analista.

Freud conclui a sua obra estabelecendo uma ligação entre o que ele chama de verdade histórica experiencial, com a sua posterior marca e transformação expressiva em delírio ou alucinação, tentativas que a pessoa faz, fora da lógica actual, mas com base nas transformações vividas – ou nas transformações do vivido – para compreender e transmitir o que é incompreensível ou incomunicável. Assim, a construção delirante será, finalmente, uma reconstrução do real, uma espécie de restituição ou ressignificação

biográfica que dá sentido ao que não pode – por enquanto – ser conhecido, aceite e/ou transmitido. Se o sujeito se sente sem referências, se não é reconhecido na experiência actual, o sujeito precisa e procura construir uma explicação, neste caso delirante, mas que seja uma alternativa melhor do que o vazio de sentido ou o reconhecimento/aceitação do colapso da subjectividade. As pessoas, para permanecerem assim, precisam reconstruir a sua própria história, integradas, ligadas à complexa história vivida. Somos sujeitos com história ou não somos.

“Construções...” mereceu comentadores ilustres e relevantes. André Green (2012) assinala que esta escrita é uma espécie de posfácio para “Análise terminável e sem fim”, escrita no mesmo ano (1937), face assim ao espírito pessimista que Freud movia naquela obra. Para Green, com “Construções...” Freud acrescenta elementos à ideia de memória inconsciente e à necessidade do sujeito de recuperar os “anos esquecidos”, tarefa que ele entende que não pode ser feita a só, são necessárias duas pessoas que olhem para a mesma coisa e estejam interessadas em reconstruir, para continuar construindo, um interesse comum, que ganha vida na busca partilhada de sentido. É uma co-construção transitória, constroem-se com o outro, usando o outro. A mente humana busca sentido e a construção opera nessa direcção. Não se trata, necessariamente, de recordar, mas de integrar o sentido da própria história. Quando a estrutura é deficiente, a construção é necessária e nessa construção o sujeito deve participar como agente, embora acompanhado pelo analista. Se uma pessoa recebe “interpretações” não precisa senti-las suas. Se constrói – mas acompanhado – repara carências. Se é uma construção - onde faltou história e sentido - ou se é uma reconstrução - sempre parcial - que terá de ser completada, torna-se uma questão secundária. A própria história e o sentido subjectivo é *com o outro* que a configura, uma construção no vínculo, transicional, fruto do uso do objecto para poder diferenciar o sentido subjectivo. Sou para e com o outro e, conseqüentemente, sou. A função transicional, que se desdobra e se realiza na relação terapêutica, dá sentido à própria história que o sujeito (re)constrói, acompanha. Apreender o significado aqui e agora de ser um com o outro, reelaborando o sentido da história vincular vivida, nos seus ecos fragmentários. Há (quase) sempre vestígios de sentido passado que se actualizam na função transicional presente. Reconstruindo a experiência, reeditando e/ou construindo vínculos presentes. E no trabalho analítico, se é assim, o sujeito nunca está sozinho, constrói e reconstrói acompanhado.

Hinz (2012) lê esta obra de Freud a partir do construtivismo que ele considera inerente à psicanálise, onde o essencial não é a reconstrução da “verdade” histórica passada, mas a construção que permite ao sujeito ser (agora) agente da sua própria história, que ele constrói (permanentemente), dando sentido às suas experiências - passadas e presentes, com as quais se identifica como sujeito. O passado não é, isomorficamente, reconstruído no presente, mas é construído com um sentido actual, que integra (pelo menos em parte) a marca da experiência anterior, ressignificando-a. Os traços de experiências traumáticas, que não poderiam ser representadas, são reactualizados na experiência presente, como elementos não integrados ao pensamento e, possivelmente, manifestam-se em somatizações e/ou ações impulsivas, que escapam ao processamento consciente. A construção actual, no vínculo analista-paciente, opera como uma memória “verdadeira” recuperada, dando sentido à experiência actual que é vivida no vínculo terapêutico. O paciente pode experimentar - agora - o sentido da experiência - actual, vivida; passada, hipotética - e continuar a construção de sua história como sujeito. O essencial é que recupere o seu sentido de *agência*, no vínculo e no significado que tem para si e para o outro.

Para Hinz, Freud faz nesta obra uma proposta com forte sentido construtivista, que Hinz apoia, principalmente, em:

- A sua teoria da memória, estruturada em várias camadas diferentes, simultaneamente activas, que remonta às retranscrições, que ocorrem ao longo da vida e representam construções da memória.
- A sua teoria dos esquemas herdados, fantasias primárias, teorias sexuais infantis que, mais tarde, se espalharão para se tornar a teoria da fantasia inconsciente - estas são estruturas internas do sistema psíquico, com a ajuda das quais este sistema constrói os seus objectos, o seu ambiente.
- O conceito de *apres-coup*, que está, intimamente, relacionado com o conceito de re-transcrições e que explica a ocorrência tardia do efeito patogénico de eventos anteriores de acordo com subseqüentes quantidades crescentes de pulsão e outros sistemas de fantasia activa.
- A intuição de que tudo o que vai entrar na consciência precisa de ser colocado em linguagem e que a linguagem, por sua vez, não é uma cópia literal, mas uma construção linguística da realidade.

- A teoria da transferência contém, claramente, o aspecto da construção, no sentido de que, na transferência, o objecto é vivido de acordo com expectativas inconscientes. A contratransferência, que a princípio permanece inconsciente, obedece ao mesmo princípio da construção do Outro, segundo a estrutura interna do analista.

- Os padrões de repetição que emergem na análise também devem ser entendidos como construtos que não têm alternativa, até que possam ser, conscientemente, nomeados. Então, eles podem tornar-se experimentados a partir da participação mútua, e ser mudados.

Todos os aspectos aqui elencados são elementos psicanalíticos da *construção do ambiente ou do Outro* cumprindo operações internas. O nosso colega Rodríguez Sutil (2007, 2021), nas suas abordagens à epistemologia relacional, sublinhou essa construção colaborativa da verdade, buscada relacionalmente. Da mesma forma, Holowchak (2012) pôs a atenção na validade das construções, que ele considera não poderem ser contrastadas até o final da terapia. Nesse sentido, o valor (veracidade, utilidade) de toda construção reflecte-se nos efeitos sobre os quais o sujeito se sustenta e avança na vida. Mas o sujeito não só evolui a partir da contribuição das construções na análise, como está no mundo, não só na terapia, e vive num sistema de vínculos, inclusive terapêuticos. Que papel o trabalho analítico tem desempenhado na construção do seu sentido de si, somente o sujeito pode experimentá-lo – e o analista participa dele, não como conhecimento “objectivo”, mas como experiência embutida em sua própria história.

Blum (1980,2003) tem sido um defensor da importância de levantar o recalçamento dos traços traumáticos do déficit precoce através do trabalho transferencial, de modo que, com a ajuda do analista, o sujeito utiliza uma reconstrução de seu passado infantil que lhe permite integrar o caminho da construção da sua personalidade adulta, elaborando esses traços traumáticos. Esta reconstrução implica tanto uma história, provavelmente, em constante reformulação, como uma revitalização das funções do ego, necessárias para a integração adulta. O passado – vivo mas enterrado – revive na repetição transferencial, e o conhecido e esclarecido deve ser separado, distinguido, do presente das relações (transferenciais e não transferenciais com o analista e com os outros). Para Blum esses traços traumáticos não se resolvem na relação terapêutica actual, mas são elaborados como conhecimento da sua origem e influência actual na

personalidade adulta. São histórias necessárias, não resolvem o passado, trazem-no para significar o presente. Blum enfatiza ainda que, entre as histórias que analista e paciente têm que reconstruir, está, também, a própria história da análise, ou seja, a história da complexa relação vivida no processo analítico, que assim resulta em um campo partilhado de observação, que mostra os processos de integração dos vários cenários de vida com os quais tem trabalhado. Proposta semelhante encontra-se em Brenman (1980), que considera que a reconstrução tem valor terapêutico, mas apenas através da análise da compulsão à repetição na transferência. Para Brenman, na análise, é necessário integrar novos acontecimentos com as construções criativas do passado para lançar as bases para novas construções. De acordo com essa visão, os pacientes retornam aos sistemas anteriores (de elaboração da experiência) em tempos de crise. O reconhecimento deste factor, implica que o trabalho de reconstrução será um processo que continuará após o término da análise e que faz parte da preparação do paciente para a autoanálise futura.

Na sua última palestra, em Berkeley, 1981 (2010), Kohut ressaltou que as construções não são produções intelectuais, que não têm poder transformador pelo conteúdo racional, mas pela “confirmação (para o paciente) de que o analista sabe o que o paciente sente, pensa e imagina (que está em sintonia com sua vida interior)”, ou seja, que o paciente se sente reconhecido e se reconhece no vínculo com o analista. Um vínculo caloroso, cheio de afecto, ressonante, uma experiência de sentido que se corporiza, sem implicar conluio ou apagamento de fronteiras. Deixa claro que o outro (o analista) está, realmente, lá, não para invadir ou agir, mas para ser usado como objecto subjectivo. Não poderíamos chegar plenamente a esse entendimento sem as reflexões e experiências proporcionadas por Winnicott (por exemplo, 1974) e Kohut (1971,1977,1984).

Martin (1983), no seu interessante ensaio sobre a reconstrução biográfica do escritor William Faulkner, compara as tarefas do biógrafo e do psicanalista na sua abordagem da construção/reconstrução da própria história do sujeito, esclarecendo com quais materiais ambos trabalham. Martin destaca a importância de que o sujeito – sempre vivo e participando no caso do psicanalista – contribua não apenas com as próprias memórias e partilhe experiências actuais, mas possa ter acesso a inúmeros documentos pessoais – fotografias incluídas – que são testemunhos da própria

história, além dos materiais que ele transforma ou criptografa nos seus sonhos e a pluralidade de linguagens que implanta, verbais e não verbais. Martin baseia-se na proposta de Roy Schafer (1982) de que o sujeito adota uma “estratégia narrativa” que *selecciona* o passado em benefício da leitura que se faz dele no presente. Temos de distinguir entre o vazio, consequência do traumático que começa a manifestar-se e a existir no relato e com o qual se abre um caminho de reconhecimento e elaboração, da história oculta ou defensiva que maquilha o passado, para torná-lo apresentável ao sujeito e ao mundo. *A escuta*, no entanto, não é neutra, mas filtrada pelo contexto da indagação, que inclui o sujeito que narra e o sujeito que escuta ou regista. A cronologia é importante, para situar o momento evolutivo, a sequência e o sentido histórico de qualquer dado, memória, documento. Também é importante não discriminar o valor do que é recuperado ou encontrado, cuja significância só pode ser avaliada com maior perspectiva. Sendo conscientes de que não recuperamos um sentido de “verdade histórica”, mas uma das traduções possíveis da pluralidade de sentido presente em toda a vida e em todos os momentos. O essencial é que toda a (re)construção abra um espaço de visões possíveis ao sujeito, dentro e a partir de seu contexto, como sujeito de experiência e também como produto dela.

Rudge (1997) faz uma analogia entre o papel dos mitos na cultura e o papel das construções na integração da subjectividade. A cultura carrega os seus próprios mitos como formas de reter e elaborar a história de seus conflitos e soluções por meio de narrativas partilhadas. Diferentes teóricos e clínicos, de Freud, Jung e outros, usaram ou construíram mitos para identificar conflitos e propor soluções. Quando o analista (e o paciente) reconstroem a história do sujeito, eles podem operar, diante de lacunas de conteúdo e representações, através de analogias que utilizam os mitos da cultura ou da teoria. Mas a própria história é sempre singular, e embora se busque e encontre sentido em construções míticas, que possam cumprir esse papel de explicação-compreensão, é na experiência de si mesmo, em ligação com o outro, que o sujeito encontrará o sentido presente e poderá traçar um horizonte para o futuro.

Como propõe Bertrand em seu ensaio (2008), (re)construímos um passado – não importa se ele é resolvido ou superado, ou se significa apenas o presente – mas, acima de tudo, inventamos um possível para e com a pessoa. O nosso papel como analistas é ampliar os cenários e possibilidades para a implantação da subjectividade, o papel da

pessoa é construir sobre as experiências que tais cenários e possibilidades proporcionam. Para essa (re)construção, a elaboração de narrativas é um caminho principal.

III. Psicoterapia (e análise) como trabalho narrativo⁵

A psicoterapia é uma oportunidade de construção, que nos dá a possibilidade de reconstruir a narrativa pessoal e invocar o sujeito que se reidentifica na sua história, (re)construindo-se. A psicoterapia “examina” a vida, em termos socráticos⁶. Um exame que envolve a narração em diálogo com os outros, recuperando (pelo menos em parte) a emoção de cada experiência no tempo vivido. Não é uma mera história cronológica, mas no tempo da emoção vivida. De *Kairós* mais do que de *Cronos*. É uma narrativa diádica, que se constrói como o mundo narrativo em que o sujeito existe em ligação com outro que o acompanha na história e, ao mesmo tempo, o invoca, o ouve, está destinado a ele e que devolve o eco que reflecte a sua própria subjectividade. O psicoterapeuta/analista traz a neutralidade, éticamente, comprometida em ajudar sem prejudicar, em ligação emocional com o narrador/paciente, o que possibilita ser utilizado como objecto, sem estar, simultaneamente, sujeito às necessidades deste, mantendo os limites, preservando o foco nas experiências do paciente, que é concebido como um sujeito localizado em um contexto histórico e actual.

Toda a jornada psicoterapêutica estrutura-se como uma *narrativa única* do mundo relacional criado, recriado, evocado e construído nessa díade. Aí reside a sua riqueza, para aqueles que a vivem e a descobrem como sua e para aqueles que a têm como testemunha implicada. No limite entre o conhecido e o desconhecido, entre o que pode ser narrado e o que ainda não pode ser, o texto da narrativa e o que subjaz à narrativa, os padrões implícitos de comunicar e contar, a primazia radical do sentido, sobre o que pode ser colocado em palavras e narrado. O que fica entre a experiência (relacional), que dá um sentido de coesão ao Eu e a tensão de fragmentação do

⁵ Parte desta secção é extraída de um texto preparado como base para um seminário clínico e a conferência nele incluída, proferido a convite do *Bilbao Analytic Psychotherapy Group* (GPAB), Videoconferência, 23 de janeiro de 2021.

⁶ “Se, por outro lado, eu disser que o bem maior para um homem é, precisamente, este conversar todos os dias sobre a virtude e os outros assuntos de que me ouviste discutir, quando me estava examinando a mim mesmo e aos outros, e se eu disser que uma vida sem exame não tem nenhum objecto para o homem vivê-la, acreditareis ainda menos em mim” (Platão, 427 a.C.: Apologia de Sócrates)

Self, quando ocorrem as inevitáveis falhas e desligamentos na ligação humana. A identidade (a experiência da identidade) é mostrada em um conjunto de facetas, aparentemente, persistentes na nossa percepção de nós mesmos, mas, por vezes, susceptíveis a nuances de mudança: género, aparência, personalidade, preferências, crenças, habilidades, rituais, afiliações. O Self integrado e a identidade madura, abrem a tolerância às discontinuidades e contradições, produzindo coerência em favor da criatividade ou da transformação e com ela, novamente, reavivar um sentido integrado de si, identidade e agência.

Portanto, a tarefa analítica pode ser entendida como o *trabalho de reexaminar narrativas – conscientes e inconscientes – remodelando seu significado e função*. O analista/psicoterapeuta é um *público* privilegiado, editor e co-autor das narrativas vitais das pessoas com quem trabalha. As narrativas expulsas da consciência emergem na relação analítica, descobrindo nela a qualidade dramático-intersubjectiva que possuem. Novos significados, que emergem de narrativas reelaboradas, podem, assim, ser construídos (reconstruídos), incluindo qualidades mais maduras e sofisticadas de reflexividade, mentalização e relacionalidade.

Pensar sobre essas questões e aspectos é uma tarefa essencial de todo psicoterapeuta. O nosso trabalho e envolvimento com os outros mudou-nos. Somos (e não somos) nós mesmos no encontro com o outro. Quando o actor profissional encarna uma personagem é ele e ao mesmo tempo vivencia a personagem, transmitindo-a, transformando-a, transformando-a com ele, mantendo-se em contacto consigo mesmo nos bastidores e na representação. Como psicoterapeutas não somos actores, mas agentes na nossa participação no processo terapêutico. Estamos, realmente, lá como pessoas, e ao mesmo tempo damos o nosso próprio espaço para sermos habitados pelo outro (o paciente que se procura a si mesmo; a personagem na sua capacidade de transmitir universalidade, para ser habitado ou reconhecido pelos outros, sendo incorporada por nós mesmos). Mudamos com o outro, com o outro real que nos move ou com o carácter universal que nos convoca.

Vamos agora acompanhar esta reflexão com uma história clínica, uma história a duas mãos, onde há a evocação e reconstrução que Luís faz da sua história e ligações e a construção articulada com a história feita pelo seu terapeuta, que aqui é narrador. Para se conhecer, compreender-se, aceitar-se, Luís procurava um interlocutor,

um ouvinte capaz de captar os seus diferentes registos, disposto a permanecer e a acompanhá-lo na (re)construção das suas narrativas, das quais emerge, nas quais se baseia. O vínculo psicoterapêutico ofereceu-lhe essa oportunidade. Neste elo surge a história da sua história, aberta, em permanente “construção”. Ser testemunha e depositário da narrativa de Luís permite-me senti-lo, percebê-lo, e que Luís possa ver, reconhecer, sentir-se reconhecido, na sua própria história, e nas suas ligações, passadas e presentes.

O que se segue é uma história co-construída entre ambos, o sujeito que narra e o ouvinte que tece a narrativa e a coloca em perspectiva.

Luís passou a infância num ambiente familiar cheio de tensão e sofrimento escondido. Filho mais velho (pois tem uma irmã mais nova) de um casamento em que o pai tentou disfarçar, com o consumo de álcool, a sua insatisfação, enquanto cobria a sua insegurança com ataques homofóbicos a qualquer sinal que interpretasse como “falta de masculinidade”, especialmente, no próprio filho, que não tinha, ao mesmo tempo, a protecção da mãe, que o usou para preencher lacunas emocionais e de segurança.

As suas primeiras memórias, que Luís conseguiu recuperar e narrar após anos de psicoterapia, registam a sua insegurança pela falta de referências que tenham afirmado o seu ser autónomo e capaz. Aos cinco anos, e aprendendo a escrever numa uma escola religiosa, ele desespera porque não consegue escrever em linha recta, até que um professor o ajuda a descobrir que ele pode usar o padrão de papel. Desde então, Luís beneficiará de descobrir “orientações” com as quais se guiar, mas escolhendo-as e sentindo-as como suas.

Os cuidados maternos eram inconsistentes e Luís não sentiu o “olhar atento” de ninguém, nem do avô, que preferia a irmã, nem do pai, que o usava para entreter os amigos com as suas imitações, porque Luís é bom a imitar e, assim, procura o reconhecimento de um pai (e do seu mundo) que idealiza (o “herói” que lhe limpa o ranho no dia da comunhão; aquele que conhece a figuras famosas através do seu trabalho), mas um pai que só o castiga quando sente que o filho o confronta com os seus próprios medos (Luís, com 7 anos, sabe apanhar cobras-de-água, sabe que não são venenosas, mas o pai bate-lhe pela sua própria fobia intensa; ou sofre a provocação do pai se este interpretar qualquer atitude emocional de Luís que lhe pareça efeminada ou medrosa). Ser engraçado será um dos seus ambientes de reconhecimento, mas

marcá-lo-á, profundamente, que o “*ser engraçado*” equivale a sofrimento não expresso, como reconhece na linguagem adulta.

Luís testemunha ainda os abusos diários (psíquicos e, por vezes, físicos) do pai à mãe, muitas vezes vítima passiva dos seus ataques.

Num ambiente económico modesto, Luís não tem quarto próprio e dorme num espaço de passagem na casa, numa cama móvel que é recolhida durante o dia. Luís sentia-se ali desconfortável, não tinha limites de protecção nem privacidade e o pai deu-lhe sustos frequentes agarrando-o pelos pés: “Era muito engraçado para ele (o meu pai), mas assustava-me e zangava-me.” Em criança, o pai, consciente dos terrores nocturnos de Luís, ordenou-lhe à noite que levasse o tabaco da sala para o quarto, no escuro, e Luís fê-lo apavorado, sentindo-se forçado a superar medos, sem qualquer base segura. Para Luís, receber a aprovação do pai – e do ambiente familiar – era essencial ser um bom imitador, engraçado ou fazer exhibições de natação, esgrima e judo, o desporto “que o tornaria forte” e no qual se inscreveu para saber defender-se e que para que ninguém lhe batesse, lutando sempre, até ao limite, com a sensação de que não seria capaz. Estudar começou a ser, para ele, um território de crescimento e capacidade, mas doeu-lhe não ter o seu próprio quarto, que só acabou por ter anos mais tarde. No entanto, no ambiente familiar alargado, nas casas de tios e primos, avós e tios-avós, recorda momentos felizes e agradáveis, narra-os como observador, que participa, timidamente, por vezes também com entusiasmo.

O alcoolismo do pai de Luís era notório e ele acabou por morrer de cancro, causado pelo tabagismo severo, quando Luís já era um adulto independente. De aparência encantadora, muito sedutora, o pai, técnico de cinema, vivia cercado pela aura dos galãs do cinema, ele mesmo, às vezes, parecia assim, enquanto a mãe enfrentava, depressivamente, o seu constante abandono e apoiava-se afectivamente no filho para neutralizar a ausência do marido, transformando-o o filho num ouvinte passivo das suas queixas, quando não o encarregava (o filho) de ir buscar o pai bêbado ao bar, quando já era tarde e ainda não tinha regressado a casa, o que era muito frequente: “Lembro-me das tristes tardes de domingo, o meu pai não estava lá, tinha ido viajar ou tinha descido ao bar, sentia uma tristeza tranquila mas profunda.” Luís ficou assim preso a um *role reversal*, com o qual não se identificava: acalmar a mãe e conter o pai, em relação ao qual sentia uma profunda ambivalência (ódio pelas suas constantes

e agressivas desqualificações, mas amor pelo seu único – embora descontínuo – interesse por ele, perante o vazio materno que não lhe dava reconhecimento nem afecto sustentado ao longo do tempo). Uma mãe que uma vez irrompeu em raiva contra o pai, mas que não conseguiu proteger-se a si mesma ou aos seus filhos.

Entretanto, o pai de Luís repreendia o filho, frequentemente, exigindo uma força e atitudes masculinas estereotipadas, que Luís, muitas vezes, sentia não alcançar, não *como o pai queria*, sendo, também, vítima de ataques homofóbicos por parte do pai, que o recriminava quase constantemente por não ser, suficientemente, forte e masculino, de acordo com os seus critérios, ao mesmo tempo que o invadia com comportamentos ambíguos, por exemplo, tocar-lhe no rabo enquanto subia as escadas atrás dele, ou invadir a sua cama, espiando se ele poderia estar a masturbar-se, quando era pré-adolescente.

Como efeito dessa pressão invalidante, sempre que Luís se sentia inseguro em alguma das suas manifestações como homem, era assaltado pelo pânico de ser homossexual, o que não correspondia aos seus desejos ou às suas escolhas eróticas, mas despertava-lhe intensa angústia. A mãe não o protegeu dessas intrusões, provavelmente, deixando o filho sofrer a pressão do pai, para que se libertasse ela. Os recursos que Luís usava para organizar a sua identidade e controlar a agressão que tais experiências lhe causavam, eram, sobretudo, defesas obsessivas e uma certa elaboração paranóica e ciumenta se as exigências interpessoais fossem excessivas para os seus deficientes controlos e a sua precária segurança se via ameaçada.

Sem “quarto próprio” até ser adulto, o refúgio foi o estudo e, depois, o trabalho. Procurou professores com os quais pudesse compreender a sabedoria da vida e, por isso, ficou “fascinado” por Lobgsan Rampa, cujos livros devorou. Assim que terminou o ensino secundário, começou a trabalhar, conjugando o trabalho a tempo inteiro com as suas tentativas de prosseguir os estudos superiores, conseguiu entrar na universidade e estudou os três primeiros anos do ensino superior, sem os completar, devido às exigências do trabalho e às inquietações da juventude. O facto de ser, economicamente, autónomo, distanciou-o de acabar o curso, o que o marcará sempre como uma falta e durante anos fez várias tentativas para concluir os estudos e, assim, obter o reconhecimento de um diploma, mas, acima de tudo, a sua necessidade de se sentir valioso e sábio em algum domínio. Assim, muito mais tarde, já em psicoterapia,

iniciará estudos de Psicologia que, depois de o desiludirem, o levarão a explorar a Filosofia e depois a Física e as Ciências em geral, as matérias que mais lhe chamaram a atenção na fase escolar e, nas quais, se sentiu mais forte, gostando delas e sendo reconhecido. O seu motor era a necessidade de se completar, de se fazer e sentir capaz e valioso, de se “construir”. Quando trabalhava, já há algum tempo, reconhece no seu gabinete um antigo professor que valorizava e por quem se sentia valorizado. Este professor ficou surpreso ao vê-lo a trabalhar num ambiente que julgou inferior às suas expectativas e Luís sentiu a dor de não ser o que poderia ter sido. O que ele poderia ter estudado se o seu pai tivesse sido mais firme em sustentar as suas opções de estudo, diante dos medos económicos da mãe. O pai não o apoiou, não o suficiente. A mãe não acreditava nele e punha à frente a segurança, sobre as necessidades de crescimento, como sempre fizera antes na infância e adolescência de Luís.

É no trabalho, depois de conseguir um emprego muito valorizado na altura e ao qual acedeu, depois de algumas «oposições», com apenas 16 anos, que, aos poucos, foi fazendo o seu lugar, lá podia aprender, conhecer, transmitir e procurar, sempre que possível, bons professores e «pais». O trabalho começou a ser o lugar onde poderia ser ele mesmo, valer, ser reconhecido. E começou a progredir nos níveis profissionais, até que, anos mais tarde, atingiu um nível executivo importante, mas os seus valores, que incluíam a necessidade de ser consistente e cuidar dos outros, levaram-no a afastar-se dos cargos executivos, onde tinha de defender os interesses da empresa acima do seu sentido ético pessoal e do respeito pelas pessoas e, então, começou, cerca de trinta anos depois de iniciar esta viagem, a procurar um lugar onde pudesse sentir-se útil aos outros e, em contacto consigo mesmo, sentir-se coerente e válido. Foi muito difícil e custou-lhe várias crises, uma vez que este contexto o fez evocar a infância e todo o ambiente inseguro e incerto que viveu, o que foi aterrorizante. Mas soube tolerar, encontrando novos lugares de identidade, onde foi possível um sentido de justiça e de respeito pelos outros. Este sentido de ajuda e utilidade já estava gravado desde a sua pré-adolescência, quando testemunhou as graves consequências de um acidente de viação e lutou entre o desejo de fugir do horror e a necessidade de ajudar. No seu desdobramento da identidade, prevaleceram a segurança e o «ser um bom rapaz», o que, também, o distanciou de aventuras, riscos, prazeres, sucessos e eventuais fracassos, em todas as áreas, como na parte emocional e amorosa. Foi assim que se

sentiu no Instituto, onde pode viver a fundo os «movimentos» da época, mas preferiu sentir-se mais seguro e não correr riscos. Continuou com o judo, tornando-se cinto negro, 1º Dan, um dos momentos de experiência de realização de que mais se lembra.

Na relação com o pai foi “aprendendo” a enfrentar as sensações e a percepção dos estados corporais através da interpretação hipocondríaca. O pai tinha medo da sua saúde, dos “carços” que saíam, das suas dificuldades respiratórias, congestão nasal, ronco, dificuldades digestivas, da sua apreensão sobre tudo... Entre ser rejeitado pelo pai, “devem ter-se enganado na Maternidade, não parece ser meu filho”, e ser como ele, física e mentalmente, foram passando as etapas da construção da personalidade de Luís. Ser como o pai remetia para uma idealização passada e utópica e, também, para um presente que suscitava uma clara rejeição. E, também, um medo latente de ser como o pai, penetra-o.

Já muito mais adulto, vivendo de forma independente e após a morte do pai, pouco a pouco, Luís tomou as rédeas da sua vida, procurando sempre no horizonte a possível disponibilidade de pais substitutos, primeiros espelhos das suas necessidades de reconhecimento, “segundos pais” idealizados e, não raras vezes, desvalorizados se não fossem acessíveis à mutualidade ou falhassem ao “filho”, sem corresponder ao que Luís exigia. Depois de uma fase em que conseguiu uma certa afirmação narcísica secundária (no Judo, no trabalho, na autonomia económica) coexistiu a insegurança latente e depois de algum namoro e deslumbramento exploratório (ser e não ser como o pai em relação à mulher) casou-se com uma pessoa em quem encontrou as suas ambições de idealização e estabilidade.

Depois de uma longa jornada em que o fantasma da infertilidade apareceu no horizonte, ele e a sua esposa conseguiram ter dois filhos, uma menina e um menino. Enquanto isso, a estabilidade dos empregos de ambos e com uma posição económica confortável, conseguem criar uma casa confortável e um ambiente de vida onde se encaixam, crianças, animais de estimação e natureza. Nessa fase, marcada por incidentes em que precisa de se proteger das intrusões dos vizinhos, para garantir os limites, recordámos o tempo da insegurança do seu habitat sem paredes na casa dos seus pais.

Luís, que precisa proteger a família e proteger-se, vive com uma grande intensidade qualquer ambiente ou fase da vida que se torne incerta ou insegura. As mudanças de casa, as mudanças no trabalho, quando a instituição – em que trabalhou toda a vida

– começou a desmoronar-se, quando começou a ter consciência das dificuldades de comunicação emocional com a companheira, quando já, ele próprio pai, sente que tem de garantir o bem-estar dos filhos. A insegurança e a incerteza trazem consigo uma sucessão de variadas crises hipocondríacas, o medo de que um dos seus adoça, o aparecimento, mais explícito, de dinâmicas obsessivas, as dúvidas sobre a própria identidade (expressas como pânico de ser homossexual, medo de ser visto como tal ou de ser abordado com convites para uma relação homossexual e, também, “se isto que eu sinto... significa que sou homossexual”), recuperando assim, encarnadas, as projecções da insegurança do pai e dos seus medos anteriores. As crises são, por vezes, muito intensas, necessitam de uma constante contenção, explícita no vínculo psicoterapêutico, e até de ajuda psicofarmacológica, que funciona mais como um placebo, do que como um agente. No entanto, Luís deixa-se acompanhar e conter, e acalma-se se perceber que o outro está disponível e o ajuda a neutralizar ou dissipar os medos. Que ele não está sozinho agora. Nessas etapas, narrar-se, (re)construir a própria história, já é essencial.

Tornou-se mais explícito que Luís precisava de elaborar o luto do pai, entrincheirado há décadas, do pai idealizado, que se extinguiu precocemente, do pai hostil e desdenhoso que, frequentemente, o desqualificava, do pai que, doente, por incapacidade própria de cuidar de si, morreu prematuramente. A dor do que sentia em si mesmo era como a do pai e a afirmação da sua própria singularidade. Vai demorar um longo período, primeiro a recuperar as memórias de si próprio, depois de expressar a dor e ambivalência em relação ao pai, que consegue captar numa longa carta, que será uma construção narrativa que começa “*Pai, este agosto fará 29 anos...*”, na qual consegue dar conta dos anos que passaram desde que o pai morreu, uma “carta” que fantasia queimar na fogueira, por ocasião das festas da aldeia, dissipando assim os fantasmas do passado.

Mais tarde, quando a velhice e a deterioração da mãe já são perceptíveis, Luís pode explorar o vazio de sentimentos que viveu naquela relação fundadora. Pode perceber e conter, por si mesmo, onde não se sentiu amado e cuidado, não foi fácil demonstrar e expressar sentimentos positivos e aprender a tolerar a sua própria frieza e a dificuldade geral, que teve no ambiente familiar de origem, em expressar e partilhar sentimentos.

É com os dois filhos que Luís terá a oportunidade de transformar a saudade

do pai numa paternidade generativa, onde a filha mais velha e o filho mais novo terão os seus próprios lugares de identidade. Luís consegue-o sozinho e com a ajuda da (re)construção que realiza em psicoterapia, processo de mudança que mantém desde antes do casamento, escolhendo um psicoterapeuta masculino com quem tem vivido as etapas da reconstrução do desenvolvimento narcísico saudável descritas por Kohut, passando de uma restituição primária especular narcísica, à idealização madura e à geminação.

Já como pai, com o seu segundo filho, um rapaz, que activamente o usa como figura paterna que seduz, provoca e procura, Luís goza de uma experiência de paternidade que lhe permite reconhecer-se valioso como pai, sem ser invadido pela amargura das carências vividas com as suas. Agora ele pode ser um pai que gosta de ser um, sem atormentar o filho, a quem ele pode validar avanços, e tolerar ser o objecto da sua idealização. É com o filho que ele pode viver o que Luís chama de “tarde de meninos”, quando ambos passam a tarde juntos em casa, sozinhos, brincando com a *Play*, brincando juntos, enquanto “as mulheres da casa” vão às compras.

Luís continua no processo de se reconhecer na sua identidade, de se (re)construir acompanhado. Ele expandiu as suas habilidades relacionais e, muitas vezes, desfruta de bons momentos com os seus e consigo mesmo. Pode passar por momentos de dificuldade, mas já se sente capaz de os viver, porque os habita e partilha. Ele não os constrói sozinho.

Com Luís vimos a marca deixada pelas fontes interpessoais de ansiedade na infância e nas fases posteriores, para compreender as operações de segurança que devem ser realizadas para manter o equilíbrio e para expandir os recursos para que a segurança não sufoque a identidade.

Com Luís vimos a importância da investigação detalhada dos momentos não integrados à experiência, e como o compromisso consigo mesmo na busca da verdade da experiência pode ser construído a partir do nosso compromisso envolvido nessa busca.

Com o Luís temos acompanhado a sua busca constante por si mesmo, pelo seu sentido de si, pela sua singularidade pessoal.

E, com Luís, a emoção sempre foi a força motriz. A emoção que poderia ter sido coberta de hipocondrias ou dinamismos obsessivos, no entanto, veio à tona e as emoções puderam ser exploradas e integradas em uma nova experiência de si, ser o

motor, aumentar a curiosidade, reconhecer e expressar raiva e, com tudo isso, sentir-se sujeito e agente de sua própria vida.

Foi e é *a sua construção*. Uma construção que partilhámos.

Concluindo

Desde Kohut (1977) prestamos mais atenção à importância e às consequências das estruturas deficitárias do Self, especificamente ao déficit relacional (de espelhamento, mas, também, de apoio à idealização) causado pela qualidade deficiente ou falhas de continuidade dos vínculos parentais. Este défice provoca um *defeito* na estrutura do Self, que falhado, precário ou frágil, requer próteses narcísicas complementares para se afirmar e expressar, enquanto o Self é (re)configurado e influenciado por estes mesmos processos, evoluem as suas capacidades de mentalização. Se não forem adquiridas habilidades sofisticadas de mentalização, haverá falhas na representação de estados emocionais através de símbolos e palavras, a percepção dos seus afectos como seus próprios será difícil e a construção do senso de *agency* será mais problemática (ou fracassada). Nessas condições não haverá expressão e organização da experiência de si através da narrativa pessoal (o sujeito não pode configurá-la ou habitá-la) ou ela será instável ou mal configurada e a percepção dessas falhas será evitada por mecanismos primitivos, que, por sua vez, alimentarão a onipotência narcísica que o protege da percepção desses defeitos.

A Psicologia do Self (e.g. Killingmo, 1989, 1995, 2006) e a convergência das suas abordagens com as propostas de Winnicott (1960, 1964) em autores como Modell (1990), sublinham a necessidade básica do humano ser significativo, de possuir uma experiência congruente de si em que as experiências de “ser visto”, “compreendido”, “ouvido” e “validado” se articulem”. A integração de tais experiências, ao longo do tempo e referindo-se ao Self, permite que a pessoa experimente o seu ser, o ser em relação a, a sua substância e sentido, incluindo a percepção dos seus limites éticos para o seu ser-no-mundo. A narrativa pessoal oferece a possibilidade, primeiro, de captar a singularidade como sujeito mas, também, de trabalhar com as multiplicidades da sua experiência, as suas transformações e limites. O sujeito que pode narrar-se a si mesmo e brincar/trabalhar com sua narrativa, dissolve assim, pelo menos parcialmente, a dúvida existencial sobre a angústia da fragmentação ou a vulnerabilidade da sua

experiência de si mesmo e, portanto, da sua própria subjectividade. Se os seus recursos do Self forem mais estáveis e sofisticados, ele poderá representar os seus conflitos na narrativa mas, somente depois de ter afirmado a sua própria existência como sujeito, ou seja, sentir-se validado pelos objectos do Self (subjectivo e externo). Na narrativa há sempre um leitor do passado a quem se dirige a escrita, colocando a experiência em palavras, e um leitor do presente ou do futuro, que entra em diálogo com o narrador (como objecto subjectivo que, potencialmente, restaura o perdido ou constrói o desejado).

Construir (descobrir) a própria voz é a essência e o objectivo do processo de mudança, que é possível desdobrar na Psicoterapia Psicanalítica. Essa voz emerge do encontro entre a narrativa legada pelos nossos laços fundadores, transmitida pelos pais com sua transmissão transgeracional, que inclui os legados traumáticos e constitutivos recebidos, e a narrativa construída pelo sujeito na elaboração da sua experiência, a sua experiência de si mesmo e do mundo relacional.

Repensamos essas questões, como recordámos no título desta intervenção, 85 anos depois da obra de Freud. Também 85 anos depois do bombardeamento nazi de Guernika, e com a mais dolorosa recorrência que hoje continuam a bombardear cidades na Ucrânia, como já aconteceu antes na Síria, na Bósnia e em tantos e tantos outros lugares. Dediquemos a Sigmund Freud uma grata lembrança a quem ele abriu tantas perguntas, sem nos obrigar a aceitar as respostas. Porque Freud, apesar das suas limitações como ser humano, convidou-nos a construirmo-nos como sujeitos e a acompanhar nessa tarefa aqueles que querem percorrer o mesmo caminho, elaborando e partilhando “construções”.

Concluo com as palavras da poetisa e psicoterapeuta Joan Fortune (2021): “Construir uma história é ordenar o mundo. Queremos reunir ilusões, necessidades e identidades dos seres humanos. Contamos uns aos outros sobre a vida para saber que se procuram olhares e que as palavras nos chegam porque a história é uma questão de dois, uma mutualidade que nos dá força de vida”.

Referências

- Ávila Espada, A. (2013). Los orígenes de la perspectiva interpersonal y sociocultural: 1. Sigmund Freud, el origen del psicoanálisis. En Ibid (comp.) *La tradición interpersonal. Perspectiva social y cultural en Psicoanálisis*. (pp. 57-65) Madrid: Ágora Relacional, Col. Pensamiento Relacional, Serie Fundamental nº 8.
- Bertrand, M. (2008). Construire un passé, inventer un possible. *Revue française de psychanalyse*, 72: 1359-1417.
- Blum, H. P. (1980). The Value of Reconstruction in Adult Psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 61:39-52.
- Blum, H. P. (2003). Repression, transference and reconstruction. *International Journal of Psychoanalysis*, 84:497-503
- Bollas, C. (2001). Freudian Intersubjectivity: Commentary on Paper by Julie Gerhardt and Annie Sweetnam. *Psychoanalytic Dialogues* 11: 93-105
- Breger, L. (2001). Psicoanálisis interminable: Freud como terapeuta. Apéndice a la obra: *Sigmund Freud. El genio y sus sombras*. Barcelona: Javier Vergara Editor. [original de 2000]
- Brenman, E. (1980). The Value of Reconstruction in Adult Psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis* 61:53-60
- Chasseguet-Smirgel, J. (1974). Brief Critical Reflections on Constructions in Psychoanalysis. *Revue Française De Psychanalyse*. XXXVIII Pp. 183-196.
- Fortuny, J. (2021). Psicología y vida. Una poética de la terapia. En R. Mon (Ed). *Los caminos al Psicoanálisis Relacional*. Madrid: Ágora Relacional e Institut Català D. Winnicott.
- Freud, S. (1937a). Análisis terminable e Interminable. *Obras Completas*, Buenos Aires: Amorrortu Editores, Vol. XXIII, pp. 212-254.
- Freud, S. (1937b). Construcciones en el análisis. *Obras Completas*, Buenos Aires: Amorrortu Editores, Vol. XXIII, pp. 256-270.
- Green, A. (2012). On construction in Freud's work. *International Journal of Psychoanalysis*, 93: 1238-1248.
- Hinz, H. (2012). Constructions in Psychoanalysis: On the 'Assured Conviction of the Truth of a Construction'. *International Journal of Psychoanalysis* 93:1266-1283
- Holowchak, M. A. (2012). The Problem of Unassailability: Analogy and the

- Adequacy of Constructions in Freudian Psychoanalysis. *Psychoanalytic Psychology* 29:255-266
- Killingmo, B. (1989). Conflict and deficit: Implications for technique. *Int. J. Psycho-Anal.*, 70: 65-79.
- Killingmo, B. (1995). Affirmation in psychoanalysis. *Int. J. Psycho-Anal.*, 76, 503-518.
- Killingmo, B. (2006). A Plea for Affirmation Relating to States of Unmentalised Affects. *Scandinavian Psychoanalytic Review* 29: 13-21
- Kohut, H. (1977). *Análisis del self. El tratamiento psicoanalítico de los trastornos narcisistas de la personalidad*. Buenos Aires: Amorrortu. [Original de 1971]
- Kohut, H. (1980). *La restauración del sí-mismo*. Barcelona-Buenos Aires: Paidós. [Original de 1977]
- Kohut, H. (1986). *¿Cómo cura el análisis?* Buenos Aires: Paidós. [Original de 1984: *How does Analysis Cure?* Chicago: The University of Chicago Press]
- Kohut, H. (2010). On Empathy. *Int. J. Psychoanal. Self Psychol.*, 5(2):122-131
- Lothane, Z. (1997). Freud and the Interpersonal. *International Forum of Psychoanalysis* 6: 175-183.
- Lothane, Z. (2003). What did Freud say about Persons and Relations? *Psychoanalytic Psychology*, 20(4): 609-617.
- Martin, J. (1983). William Faulkner: Construction and Reconstruction in Biography and Psychoanalysis. *Psychoanalytic Inquiry* 3:295-340
- Modell, A. (1990). *Other Times. Other Realities. Toward a Theory of Psychoanalytic Treatment*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press
- Rudge, A. M. (1997). Mythology and Constructions in Psychoanalysis. *International Forum of Psychoanalysis* 6:51-58.
- Schafer, R. (1982). The relevance of the “here and now” transference interpretation to the reconstruction of early development. *Int. Journal of Psychoanalysis*, 63: 77-82.
- Winnicott, D.W. (1960). La distorsión del yo en términos de Self verdadero y falso. En *Los procesos de maduración y el ambiente facilitador* (pp. 182-199) Barcelona: Paidós, 1992.
- Winnicott, D.W. (1964). El concepto de falso Self. En *El hogar, nuestro punto de partida. Ensayos de un psicoanalista*. (pp. 78-83) Barcelona: Paidós, 1996.
- Winnicott, D. W. (1974). Fear of Breakdown. *International Review of Psychoanalysis* 1:103-107.